

Desafios do Desenvolvimento no Brasil: Uma Reflexão Evolucionária

Rodrigo Loureiro Medeiros, D.Sc.
Professor da Fundação Capixaba de Pesquisas (Fucape)
medrodrigo@gmail.com

1. Introdução

Tradição e modernidade costumam representar elementos dialéticos nos processos evolucionários das sociedades. As soluções dos conflitos, engendradas nos distintos sistemas organizacionais, não se têm mostrado um caminho único. Diversas tendem a ser as alternativas. As discussões teóricas, por sua vez, são multifacetadas, pois múltiplas áreas dos saberes buscam difundir suas visões.

Os estudos e as ações baseados no pensamento sistêmico evoluíram e ganharam progressivamente reconhecimentos de diversas instâncias. A Rand Corporation, entre tantos outros *think-tanks* norte-americanos, é um exemplo. No Brasil, o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais é uma realidade acadêmica. Pelo lado empresarial, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial tem realizado importantes pesquisas sobre os entraves ao desenvolvimento econômico brasileiro.

No campo da ciência econômica, convergências entre as escolas institucional e evolucionária têm ofertado diversos debates qualificados. Os prêmios Nobel de Douglass North, em 1993, e Joseph Stiglitz, em 2001, foram importantes para colocar essas discussões de volta ao escopo dos debates relevantes. Para as finalidades deste artigo, segue-se a perspectiva de Nelson (2005): as instituições, por compreenderem o sistema coletivo de crenças, valores, conhecimentos técnicos acumulados, práticas e rotinas organizacionais, são fatores relevantes ao se analisar processos complexos, como é o caso do desenvolvimento econômico das distintas sociedades.

Acreditar que exista uma única via para o sucesso econômico, ajustado às necessidades de sociedades tão distintas, seguramente conduz à pobreza intelectual. O mundo complexo da integração de mercados e da circulação de idéias oferece pouco espaço para maniqueísmos. Polarizar simplesmente os diversos campos teóricos tampouco se revela construtivo. A constatação de que o Brasil cresce abaixo da média mundial em um ciclo de expansão não deve passar despercebida. Os diagnósticos do problema nacional e as receitas diversificam-se ao longo das escolas econômicas. No entanto, há como se estabelecer um diálogo positivo entre as mesmas.

Um ponto de convergência que se pretende explorar neste texto diz respeito ao papel das inovações tecnológicas e das mudanças organizacionais no processo de desenvolvimento econômico. O papel das instituições encontra-se no centro das discussões. Diversas são as formas de uma sociedade se organizar economicamente. Certamente a polarização entre Estado e mercado não é compatível com as realidades vividas pelas diversas sociedades. Periódicos embates entre tradição e modernidade desenrolam-se heterogeneamente por conta das distintas questões institucionais.

Idiosincrasias manifestadas pelas diversas sociedades não reduzem, entretanto, a capacidade de se explorar a análise comparativa dos elementos relevantes ao processo de desenvolvimento. O aprendizado coletivo requer o conhecimento das experiências alheias, aproveitando-as na medida do possível para que problemas possam ser superados e erros evitados.

O presente artigo divide-se em seções. A seção 2 trata o processo do desenvolvimento econômico como uma questão evolucionária. Destaca-se a co-evolução de instituições, inovações e desenvolvimento econômico na seção 3. Algumas pistas para a aceleração do crescimento econômico brasileiro integram a quarta seção.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo Lula, em janeiro de 2007, os debates em torno do tema desenvolvimento econômico devem esquentar. Os estímulos aos setores produtivos, a participação estatal e as regras do jogo são alguns de seus ingredientes. A discussão aqui proposta traduz-se numa oportunidade de contribuir para que o Brasil possa trilhar os caminhos do desenvolvimento democrático-sustentado, aproveitando-se dos subsídios das diversas experiências bem-sucedidas.

O debate aqui proposto e as dialéticas apontadas não são fatos novos. Elas têm semelhanças com as experiências vividas por diversos intelectuais progressistas brasileiros e hispano-americanos ao longo do século XX. Buscar revisitar essas questões em um momento de tanta desesperança traduz-se, em certa medida, na tentativa de retomada do pensamento crítico latino-americano. A ênfase no pensamento crítico autóctone objetivando a construção de competências técnicas nacionais é ressaltada ao longo do texto.

2. Desenvolvimento como um processo evolucionário

Existem diversas teorias sobre o processo de desenvolvimento econômico. As perspectivas são distintas ao longo dos espectros teóricos (BRUE, 2005). Não se pode afirmar com tranquilidade a superioridade de uma escola sobre a outra, pois as formulações teóricas foram concebidas em contextos particulares por indivíduos ou grupos que buscavam solucionar questões específicas. Recursos financeiros, matemáticos, filosóficos e tecnológicos disponíveis limitavam os paradigmas explicativos, assim como o fazem atualmente.

Polarizações entre as distintas escolas do pensamento econômico são frequentes, praticamente diárias. Entre as tantas, destaca-se a seguinte: institucionalistas versus neoclássicos. Resumindo, o corte historicista-evolucionário estabelece uma diferença marcante. Ao passo que a primeira escola citada trata o processo de desenvolvimento com uma perspectiva histórico-evolucionária, sujeita aos ciclos periódicos de reorganizações dos atores sociais e das estruturas produtivas, a segunda escola encara-a como um problema de alocação eficiente de fatores de produção – capital (K), trabalho (L) e natureza (T). Os dois paradigmas são distintos. A escola institucionalista mostra-se sensível às perturbações de mudanças tecnológicas e organizacionais manifestadas ciclicamente nos sistemas produtivos. Os neoclássicos preocupam-se, por sua vez, com a estabilidade dos mesmos, não evidenciando o que se passa na fase de transição dos ciclos de mudanças. Destaca-se, entretanto, que pode haver conciliação, em alguma

medida, entre essas escolas. John M. Keynes (1927) argumenta que a visão de uma suposta ordem superior fundamentada no mercado precisa estar sujeita a comentários adicionais. Como mecanismos de coordenação entre oferta e demanda de bens e serviços, os diversos tipos de mercados compreendem conflitos, tensões e distintas formas de organização. Perturbações e mudanças são mais frequentes do que equilíbrios estáticos. Uma situação de equilíbrio pode se dar abaixo do pleno emprego dos recursos disponíveis para a produção. A problemática apontada por Keynes encontra-se na vulgarização da teoria neoclássica, representando pobreza intelectual para alguns ou mesmo traduzindo a defesa de interesses particulares para outros.

O poder de explicação de ambas as teorias, institucionalista e neoclássica, não pode ser desprezado. Ambas as escolas oferecem contribuições relevantes para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico. No entanto, chama a atenção o fato de que ao relegar a um segundo plano as questões institucionais, a corrente central da escola neoclássica desconsidera a heterogeneidade das possibilidades presentes na organização econômica das diversas sociedades. Algo muito importante em um mundo cada vez mais descrente de fórmulas mágicas e receitas de bolo para o desenvolvimento.

A vulgarização da teoria neoclássica anteriormente apontada ajuda a explicar esse fenômeno. Os paradigmas institucionais propostos aos denominados países de terceiro mundo, por serem apartados da realidade local, dificilmente podem ser exitosamente aplicados. As políticas recomendadas pelo Consenso de Washington, a partir de 1989, na América Latina são exemplos. Por mais que alguns digam que o problema encontra-se nas receitas mal-aplicadas, não se pode deixar de questionar se as mesmas estão imersas no sistema de crenças, práticas e valores dessas respectivas sociedades.

No Brasil, a importação de conteúdos teóricos e tecnológicos sempre foi problemática (GUERREIRO RAMOS, 1996). A previsibilidade do diagnóstico marca o processo: a sociedade é responsabilizada por oferecer resistência às receitas de sucesso. Observa-se como a consciência crítica da complexa realidade nacional tem sido sufocada pela pressão dos grupos hegemônicos em aderir rapidamente aos supostos bondes do progresso. Em países tão socialmente desiguais e fragmentados como o Brasil, é preciso refletir criticamente quando se busca equacionar problemas econômicos a partir da importação de receitas.

Copiar indiscriminadamente paradigmas não é a receita para o sucesso. Buscar aprender com a experiência dos outros, adaptando-as às devidas especificidades do caso em questão, é que tem sido a chave do sucesso dos países que migraram de uma condição retardatária para uma posição melhor em termos de desenvolvimento. Dificilmente existe um único caminho capaz de equacionar os conflitos e os dilemas para um conjunto tão heterogêneo de sociedades. Os multifacetados processos históricos das distintas sociedades não podem ser negligenciados (FIORI, 1999). Reconhecendo-se que a noção de alocação eficiente dos fatores de produção traduz a tecnologia e os conhecimentos disponíveis em um dado momento, se percebe como os cálculos dos agentes econômicos alteram-se ao longo do processo histórico. O processo de desenvolvimento econômico sustentado requer uma visão dinâmica da alocação dos fatores de produção, ou seja, a construção de vantagens comparativas dinâmicas. Permanentes evoluções das sociedades requerem avanços conquistados por experimentações coletivas.

Ficar preso à visão estática das vantagens comparativas revela-se uma postura indutora de inércia socioeconômica. O instituto da escravidão, por exemplo, foi considerado pelos conservadores de outrora como imprescindível à manutenção da estabilidade brasileira. A importação do liberalismo foi problemática desde então, pois o mesmo não poderia florescer em um clima não-liberal. O importante é não confundir teoricamente democracia política com livre-comércio, dois tipos de liberalismo. Ambos não representam as duas faces da mesma moeda. Não se precisa optar pelo liberalismo econômico, o *laissez-faire*, para se ter uma sociedade democrática (SANTOS, 1999). Desde a grave crise de 1929, o clássico liberalismo econômico não poderia mais ser suportado pelas sociedades organizadas mais desenvolvidas. Conquistas históricas de direitos trabalhistas pressionavam as organizações econômicas e políticas vigentes por reformas democratizantes. Mesmo após a onda neoconservadora encabeçada por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, os países democráticos mais desenvolvidos não são exemplos reais de prática do clássico liberalismo econômico, uma vez que quotas de importação, subsídios a atividades ineficientes e fomento a indústrias nascentes integram o seu arsenal de políticas públicas. Seguindo a lógica neoclássica, as atividades ineficientes deveriam ser abandonadas e as vantagens comparativas deveriam imperar. Fato é que as distintas realidades impõem-se constantemente sobre a lógica microeconômica.

Não existem receitas mágicas. Os paradigmas teóricos podem ajudar, porém as experiências precisam ser vividas e construídas. As sociedades precisam encontrar suas próprias soluções. Muitas incertezas precisam ser enfrentadas, sem garantias de sucesso.

Um arcabouço teórico que vem sendo constantemente revisitado é o de Joseph Schumpeter. Apesar de algumas divergências, os estudos convergem para a visão sistêmica do processo descrito pelo célebre economista austríaco (FREEMAN; SOETE, 2000; LANGLOIS, 1998; NELSON, 2005; NORTH, 2005). Tratou-se de um estudioso que buscou associar o desenvolvimento institucional à transformação das estruturas produtivas de um sistema econômico integrado. Efeitos virtuosos de causação circular são comuns, porque a própria evolução das estruturas produtivas pressiona por novos desenvolvimentos institucionais. O nível de liquidez da economia, o grau de relacionamento entre o mercado financeiro e o setor produtivo, as dinâmicas de aprendizado organizacional, as evoluções das práticas e rotinas administrativas, assim como o espírito empreendedor são elementos derivados do seu quadro analítico. As políticas de desenvolvimento de vários países, como é o caso do Japão do pós Segunda Guerra, encontram-se influenciadas por este arcabouço teórico.

Por ter merecido estudos diversos e ainda ser capaz de levantar questões complexas, o caso japonês é intrigante. O caso da inserção japonesa na indústria automobilística mundial mostra-se rico em lições (WOMACK; JONES; ROOS, 2004). A partir da constatação de que não poderiam ser competitivos adotando-se o clássico paradigma de produção fordista, os japoneses buscaram desenvolver um novo modo de produção. Eles poderiam ter simplesmente aceitado o fato de que não eram eficientes alocando fatores de produção para tal empreendimento, já que não eram competitivos naquele dado momento. Após a Segunda Guerra, a constatação era de que a indústria automobilística japonesa estava ultrapassada e não tinha escala nem escopo para uma competição global. Decisões estratégicas se sobrepuseram aos aspectos teóricos da eficiência alocativa estática de recursos. Constata-se, no entanto, que os ensinamentos colhidos pelos fabricantes japoneses nas suas visitas aos seus congêneres nos EUA, logo após o

fim do conflito mundial, e a incorporação dos métodos de controle estatísticos da qualidade na produção, propagados por William E. Deming, foram elementos centrais da transformação ocorrida no processo de fabricação do automóvel japonês. Eficiência e produtividade são elementos que podem ser construídos com tempo, esforços, competências técnicas acumuladas, organização e vontade coletiva.

A evolução institucional das sociedades, portanto, é um aspecto central da propulsão do processo de desenvolvimento econômico sustentado. Organizar um dinâmico e articulado sistema econômico é resultante do processo evolucionário.

3. Inovação e mudança: dialéticas do processo

Algumas das críticas à escola evolucionária, justas em alguma medida, dizem respeito à omissão dos conflitos imersos nas distintas sociedades. Não cabe aqui uma defesa irrestrita da respectiva escola, no entanto, deve-se observar que as instituições formais e informais são os elementos correspondentes capazes de oferecer respostas valiosas para a compreensão dos distintos níveis de desempenho econômico.

Sociedades democráticas caracterizam-se por apresentarem plurais opiniões e visões de mundo. Os distintos sistemas de crenças e valores, por sua vez, lançam luz para o fato de que a própria noção de democracia é distinta para as diversas sociedades do mundo. Para ilustrar tais idiosincrasias sócio-culturais, Heilbroner (1962) descreve as diferenças entre as instituições norte-americanas e as européias. As mesmas só podem ser compreendidas a partir de uma análise dos respectivos processos históricos. A crença no individualismo é mais forte nos EUA, pois eles vivenciaram uma evolução baseada na livre-iniciativa, propiciada por um processo de povoamento de um espaço geográfico em constante alargamento e integração. Os europeus, por outro lado, encontravam-se mais preocupados em conciliar o antigo regime aristocrático-feudal com uma heterogênea massa de pessoas que exigia cada vez mais participação nas decisões políticas. Devido ao seu processo colonizador mercantil, o Brasil e os demais países da Hispano-América são, em boa medida, caudatários da experiência européia. Os incentivos à produção e a flexibilidade do sistema norte-americano, quando comparados à rigidez do sistema europeu, explicam, em boa medida, as diferenças entre os seus distintos desempenhos econômicos. A importante obra *Formação econômica do Brasil* (1959), clássico estruturalista de Celso Furtado, já apontava tais fatos. Posteriormente, os trabalhos de intelectuais hispano-americanos particularizariam as observações de Furtado para seus respectivos países (LOVE, 1998). O caráter exploratório de colonização da Ibero-América, marcado pelos ciclos extrativistas de um capitalismo de corte mercantil, diferenciou-se do processo progressivo de ocupação do território norte-americano e do seu sistema de incentivos à produção.

Ao longo do século XX, no entanto, a Europa continental, após ter sido o principal palco de duas grandes guerras, viu-se na necessidade de repensar o seu processo de desenvolvimento econômico. Políticas de corte social-democrata avançavam nos países democráticos. As antigas rivalidades cederiam progressivamente espaço para o campo da construção política. O Acordo do Carvão e do Aço e a Comunidade Econômica Européia seriam conquistas da década de 1950. Para articular e coordenar um processo tão complexo como aquele, instituições supranacionais precisaram ser desenvolvidas. Apesar de insatisfações presentes, a União Européia conforma um forte espaço

econômico. Diferentemente do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), a experiência européia concede ênfase ao nivelamento por cima das várias regiões. As mesmas devem ter oportunidades de inserção econômica no espaço econômico comum. Os fundos perdidos para a infra-estrutura dos países menos desenvolvidos do bloco, por exemplo, revelam uma expressiva diferença institucional quando se observa a experiência mexicana da vantagem comparativa estática no bloco polarizado pelos EUA.

Não se trata de uma tarefa fácil conduzir mudanças econômicas estruturais com relativa estabilidade organizacional. Justapor ambiente, estratégia e estruturas organizacionais revela-se uma arte (KON, 1999; ROBERTS, 2005). Estratégia e planejamento integram os cálculos das organizações que desenvolvem processos complexos. Suas evoluções conceituais se fazem sentir ao longo do tempo. O planejamento rígido e inflexível, por ser de baixa eficácia, é coisa do passado. Desqualificar seu potencial de mobilização de vontades e conciliação de interesses não se mostra uma atitude construtiva. As experiências bem-sucedidas são diversas.

Chandler (1977) descreve como o sistema econômico norte-americano viabilizou-se pela transformação ao longo do século XX do seu desenvolvimento gerencial, o que modificou os principais aspectos organizacionais da produção de bens e serviços naquele país. Se a aposta houvesse sido em aceitar a imprevisibilidade da mão invisível - a flutuação dos preços dos fatores de produção -, há sérias dúvidas quanto ao que se poderia ter evoluído naquele país. Considerações quanto às inovações tecnológicas não podem ser dissociadas da adoção de novos métodos organizacionais. Os mercados não são perfeitos (VISCUSI; VERNON; HARRINGTON, 2000). Barreiras de entrada e assimetrias de informação, por exemplo, são elementos que ajudam a explicar as diversidades manifestadas em suas estruturas, condutas e desempenhos. As simplificações propostas pela teoria neoclássica são úteis para tratar problemas econômicos de maneira preliminar, porém requerem considerações adicionais para que a análise seja mais profunda e não ofusque a complexidade do fenômeno estudado. A mão visível do gerenciamento estratégico, traduzindo-se em ações e rotinas que objetivam garantir vantagens competitivas para o longo prazo, é o fator que explica os processos de desenvolvimento sustentado. Os progressivos ganhos de produtividade são construções organizacionais respaldadas pela introdução de inovações tecnológicas. Aspectos organizacionais de produção e mercado não podem ser negligenciados.

No Japão, a experimentação é uma importante aliada do seu processo de desenvolvimento organizacional. O automóvel japonês construído pelo Sistema Toyota de Produção diferenciou-se porque o sistema que o engendrou se distanciava dos paradigmas então vigentes. A qualificação da força de trabalho, o estímulo ao aprendizado organizacional com mola de aperfeiçoamento contínuo do sistema, a preocupação com a qualidade do produto fabricado e o gerenciamento da cadeia de suprimentos foram instituições impulsionadoras da competitividade japonesa.

A evolução institucional européia, por sua vez, diferenciou-se. O acelerado desenvolvimento econômico francês, após o segundo conflito global, deve tributos aos sistemas públicos de educação e de planejamento indicativo. Esse último foi capaz de mobilizar associações de indústrias e trabalhadores, catalisando a reconstrução nacional e o desenvolvimento de competências tecnológicas, algo muito caro na chamada era do paradigma pós-industrial. Os desafios do presente dificilmente poderão ser enfrentados

com os modelos do passado. Nota-se, entretanto, que a visão de que as assimetrias nos termos de troca comercial definem vencedores e perdedores na arena econômica global ainda está presente nos estrategistas de diversos países desenvolvidos. A produção está se espalhando pelo globo em busca de vantagens comparativas de custos (CHESNAIS, 1994). No entanto, os serviços que mais agregam valor à produção, baseados nas conquistas das competências técnicas acumuladas, não estão se difundindo com a mesma velocidade dos bens de capital. A tendência é que os países mais desenvolvidos busquem protegê-los através de um sistema internacional de patentes, algo previsto pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Percebe-se claramente que a pretensa e propagada polarização entre Estado e iniciativa privada é mais retórica do que prática nos países desenvolvidos. Esse fato tem provocado mais confusão do que benefícios. Instituições e organizações não delimitam rígidas fronteiras entre Estado e iniciativa privada (GALBRAITH, 2004). A cooperação pelo desenvolvimento tem sido mais constante do que a competição.

Quando se analisa o quadro de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos países mais desenvolvidos, observa-se a cooperação entre os agentes privados e a boa gestão pública do sistema econômico impulsionando inovações e transformações nas estruturas produtivas. No Japão, se gasta 3,2% do Produto Interno Bruto em P&D, na Coreia do Sul, 2,7%, nos EUA e na Alemanha, 2,6%, No Reino Unido, 1,9%, e no Brasil, 1% (IEDI, 2005; STAL *et al.*, 2006). A participação privada nos países mais desenvolvidos chega a 70% da média dos respectivos gastos, ao passo que atinge questionáveis 41% no Brasil. Pode-se argumentar que o problema encontra-se nos juros praticados pelo mercado financeiro brasileiro, o que, por sua vez, repercute na baixa relação crédito privado/PIB, algo que tem girado em torno de 30%. O fato é que a diversificação dos serviços financeiros não acirrou a concorrência no setor bancário brasileiro. Tampouco o mercado de capitais ousa maiores investimentos, dado que a taxa básica de rolagem da dívida pública cria um incentivo não-produtivo. Baixo crescimento, perda de competitividade internacional e o acúmulo de problemas sociais demandam atenção. Há também dúvidas de que a mera promulgação de uma nova legislação sobre inovação, prevendo incentivos para o setor privado investir em P&D, possa engendrar um efeito sistêmico-estrutural na economia brasileira. Certamente a cultura empresarial brasileira influencia o funcionamento do sistema econômico nacional, suas práticas e rotinas.

A simplória polarização ideológica entre Estado e mercado não tem ajudado. Por enquanto, as apostas brasileiras concentram-se no incentivo ao capital de risco. Trata-se de uma iniciativa importante e que pode gerar resultados pontuais. No entanto, a integração virtuosa entre finanças e estruturas produtivas, marca do sucesso dos países mais desenvolvidos, não ocorre. Ignácio Rangel (2005), intelectual desenvolvimentista, tocou nessa tecla para explicar as discontinuidades do processo econômico brasileiro. Sem um sistema financeiro voltado para a produção, o capitalismo financeiro endógeno, uma massa enorme de recursos fica rolando nas aplicações financeiras. As privatizações dos serviços de utilidade pública poderiam ter sido o instrumento de ligação entre finanças e estruturas produtivas. Apesar do sucesso observado em alguns casos, o estreitamento do relacionamento virtuoso entre finanças e organizações produtivas não ocorreu no Brasil. Quando ele se processou, nota-se que a visão de curto prazo predomina na ótica dos investimentos.

Modificar o sistema de crenças, valores e práticas de uma sociedade não é uma questão simples. Em um sistema democrático, trata-se de uma tarefa que requer estratégia, planejamento e buscas por convergências. Deve-se observar, no entanto, que o acúmulo de tensões sociais pode engendrar a revisão das bases de uma nova coalizão construtiva de atores. As lições dos países que abandonaram uma condição econômica retardatária são ricas.

4. Caminhos do desenvolvimento sustentado

O rompimento do acordo de Bretton Woods por parte dos EUA e as crises do petróleo, eventos ocorridos na década de 1970, provocaram mudanças globais. No campo das finanças, as taxas de paridades das moedas passavam a flutuar ao sabor da conjuntura. Os sistemas produtivos, por sua vez, assistiram ao esgotamento do paradigma de produção em massa.

Reorganizações econômicas se processaram desde então pelo globo. A produção enxuta, propagada pelo Sistema Toyota, entrava no rol das melhores práticas. Produzir em lotes menores, com baixo desperdício, controle de custos e qualidade superior demandava uma revisão das práticas organizacionais. Em alguns países, como é o caso do Brasil, tal revisão nem chegou a ser completada. Nos casos de sucesso, nos EUA, por exemplo, observa-se que as resistências à mudança prolongaram a agonia das estruturas produtivas. Medidas protecionistas, sem as devidas contrapartidas de mudanças para desempenhos superiores, apenas alongavam a crise, uma vez que a revisão das práticas organizacionais era empurrada para frente.

O Brasil se insere nesse processo. Sua literatura acadêmica sobre o assunto é expressiva (ANDRADE *et al.*, 2006; COUTINHO; FERRAZ, 1994; DOMINGUES, 2001; MEDEIROS, 2006; VASCONCELOS; MASCARENHAS, 2007). No entanto, tal fato não se rebate nas práticas de suas estruturas produtivas com a mesma intensidade. Destaca-se nesse sentido a valiosa contribuição de Stal *et al.* (2006). Por integrar as reflexões do importante Fórum de Líderes Empresariais, organização fundada em 1977 para discutir temas estruturais de alta relevância ao desenvolvimento brasileiro, o respectivo trabalho busca ofertar soluções práticas à adequação nacional ao paradigma pós-industrial, também conhecido como o da Sociedade do Conhecimento. O respectivo trabalho representa uma conquista em fazer com que os principais empresários brasileiros discutam o tema e busquem meios de se adequarem organizacionalmente. Trata-se claramente de uma necessidade elevar a competitividade brasileira, quando se vislumbra a emergência global da China com suas estruturas produtivas combinando economias de escala e escopo. Os chineses não estão presos ao paradigma das vantagens comparativas estáticas de custos. Eles vêm buscando elevar progressivamente o valor agregado de sua produção, um caminho seguido que não se distancia das trilhas de sucesso já percorridas por outros países.

Os chineses representam uma força que pressiona a reestruturação dos diversos sistemas econômicos (FIORI; MEDEIROS, 2001; FRIEDMAN, 2005). Eles realizaram reformas estruturais seletivas e graduais para que o ingresso de investimento estrangeiro nas zonas econômicas especiais gerasse um ciclo virtuoso de crescimento. Tratou-se com certeza de uma experiência exitosa. A capacitação progressiva dos recursos humanos para a sustentação do respectivo processo também integra os cálculos dos estrategistas

chineses. Diferentemente do Brasil, a China não induziu o consumo de bens duráveis importados e, portanto, não enfrentou o estrangulamento do seu balanço de pagamentos, como ocorreu na desvalorização do real em janeiro de 1999. Na Argentina, por sua vez, a farra consumista institucionalizada na década de 1990 engendrou uma onda de destruição não-criadora. Uma expressiva parcela de sua população economicamente ativa, algo em torno de 25%, encontra-se em situação precária (desemprego e informalidade). O retorno às vantagens comparativas estáticas e o ciclo de expansão da economia global ajudam a explicar o bom desempenho da economia argentina.

A sustentada taxa de investimento na economia chinesa, algo em torno dos 44% do PIB (formação bruta de capital), tem sido o dobro da registrada no Brasil. Os investidores estrangeiros dos países democráticos desenvolvidos, em associação com empreendedores locais apoiados pelo Estado chinês, estão impulsionando um impressionante ciclo virtuoso de crescimento. Problemas como os manifestados nos gargalos de energia e alimentação existem, no entanto, estratégia e planejamento são instrumentos que buscam contorná-los. A ofensiva diplomático-econômica na África é emblemática, pois o que se busca nesse processo é construir relações comerciais com países de um espaço geográfico rico em recursos minerais, como petróleo e minério de ferro, e com um expressivo potencial agrícola, porém tão carente de investimentos produtivos.

Procede a argumentação de que a China é uma ditadura e que tal fato facilita a centralização das decisões em um comitê. Entretanto, deve-se dizer que países como a Índia, Coréia do Sul, Malásia, Japão e Taiwan, para citar exemplos asiáticos, demonstram que estratégias e planejamentos heterodoxos podem ser aplicados nos distintos sistemas democráticos de representação. Para tanto, a compreensão de que o conceito de democracia traduz-se institucionalmente de heterogêneas formas para as diversas sociedades do globo é necessária. Rodrik (1999) e Stiglitz (2002), por sua vez, convergem para o fato de que não se pode acreditar só existir uma única forma organizacional para todas as sociedades. A crença tacanha de que todos deveriam adotar as instituições experimentadas pelos países anglo-saxônios para ter sucesso econômico é que vem causando a frustração em diversos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento dos países precisa estar aberto à experimentação, aos erros e aos acertos inerentes a qualquer processo complexo da vivência humana. Pode-se aprender com as experiências alheias, desde que se compreenda que as mesmas integram um contexto específico.

O emparelhamento econômico alemão em relação à Grã-Bretanha ao longo do século XIX é um exemplo recorrentemente citado (BAIROCH, 1993). No auge do pensamento liberal propagado pelos economistas clássicos, os alemães perceberam que o mesmo não se adequava às necessidades de um país então retardatário. As receitas dos pensadores liberais clássicos não poderiam ser adotadas cegamente, importadas sem uma reflexão prévia. O legado intelectual de Friedrich List, por destacar a necessidade de estruturas locais para o funcionamento do sistema nacional de economia, iluminou os caminhos da Unificação Alemã operada pelo chanceler Otto von Bismarck. A proteção temporária aos empreendimentos nascentes era encarada como um caminho necessário para a construção de uma economia industrial forte baseada em vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, no conhecimento. As assimetrias tecnológicas em relação à Grã-Bretanha não poderiam ser reduzidas sem estratégia e organização do sistema econômico nacional. O livre-comércio beneficia sociedades de nivelamento econômico

similar, permitindo o dinâmico funcionamento das vantagens comparativas, e chuta a escada do desenvolvimento para países em relações assimétricas dos termos de troca (UNCTAD, 1997).

A construção de competências tecnológicas nacionais era vista como estratégica. A arte de articular finanças, organizações produtivas e centros de pesquisa ainda é um tema do século XXI. Para competir globalmente a partir da segunda metade do século XX, os japoneses construíram os *keiretsus*, organizações produtoras de bens e serviços ligadas por participações acionárias cruzadas, para casar interesses e compromissos entre finanças e indústrias nacionais. A co-evolução de inovações organizacional e tecnológica é importante para o processo de desenvolvimento sustentado das sociedades.

São corretos, em parte, os argumentos de que os tempos são outros. No entanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) reconhece a legitimidade da proteção tarifária temporária à indústria nascente. Processos inovadores precisam de apoios para desenvolver-se. Um outro dado interessante diz respeito às pesquisas anuais realizadas pelo Banco Mundial e pelo Fórum Econômico Mundial. Elas revelam que Finlândia, Noruega e Suécia, países tão distantes do modelo anglo-saxônico, são encarados por investidores internacionais como oásis do progresso. Os articulados sistemas econômicos desses países permitem virtuosos relacionamentos entre as suas organizações públicas e privadas nacionais. Mais cooperação pelo desenvolvimento da sociedade do que conflitos. A participação de agentes estrangeiros, internalizando competências e tecnologias experimentadas, também apresenta sua importância. Certamente não se pode dizer que essas sociedades apostam suas fichas nas vantagens comparativas estáticas. A social-democracia desses países, por sua vez, não é a mesma da praticada na França ou na Alemanha.

Os caminhos do desenvolvimento das sociedades são múltiplos. Não há um caminho único, uma espécie de fórmula mágica para o sucesso econômico. As escolhas sempre estão abertas às sociedades, por mais que fatores conjunturais imponham uma lógica perversa. Destaca-se a valorização da construção de competências técnicas nacionais como mola propulsora do desenvolvimento. Nesse ponto, precisa-se avançar rapidamente no Brasil para que o discurso se desloque para melhores práticas e rotinas organizacionais. Para se destacar apenas um indicador que demonstra a necessidade de mudanças de mentalidades: 26,7% dos pesquisadores brasileiros estão trabalhando nas empresas; nos EUA, 80,5%; no Japão, 63,7%; na Coreia do Sul, 73,5%; na Alemanha, 59,7%; na Itália, 39,5% (STAL *et al.*, 2006). Como o lócus da inovação encontra-se na organização produtiva, tal indicador merece uma reflexão do quanto se valoriza a construção de competências técnicas para a alavancagem de vantagens comparativas no Brasil. A competitividade da economia brasileira e o seu desenvolvimento sustentado dependem disso.

Os relativamente recentes episódios envolvendo a Embraer, em 30 de maio de 2006, demonstram como a construção de competências é alvo de disputas globais. Representantes da Gulfstream, líder mundial do mercado de jatos executivos, buscaram realizar um encontro no Brasil com os quarenta mais importantes engenheiros da companhia para que os mesmos soubessem dos salários e benefícios oferecidos pela empresa norte-americana. A fuga de cérebros e a perda de competências técnicas foram detidas por um oficial da Justiça, alegando que nenhuma empresa estrangeira pode

recrutar brasileiros no país sem a devida autorização do Ministério do Trabalho. A capacidade de inovar e criar valor é um recurso capital na arena global. Se essa capacidade intelectual não é valorizada endogenamente, ela tenderá a ser aproveitada por outros de alguma maneira. O fenômeno da fuga de cérebros não é novo nos países subdesenvolvidos.

5. Conclusão

No final do século XIX, o institucionalista Thorstein Veblen (1898), questionava a ausência da perspectiva evolucionária na corrente principal da ciência econômica. Questões complexas envolvendo as interações humanas poderiam ser mais bem investigadas e, portanto, tratadas. Certo é que tal fato não eliminaria a própria noção de complexidade. Incertezas não podem ser integralmente eliminadas. Podem ser reduzidas e transformadas em risco calculado, porém nunca integralmente eliminadas. A evolução das sociedades acaba constantemente provocando novas incertezas e riscos a serem enfrentados.

A polarização entre Estado e mercado não é profícua para o processo de desenvolvimento dos países. Os arranjos organizacionais de cooperação intensivos em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, precisam desse tipo de articulação. Em uma sociedade democrática, espera-se que essa cooperação não seja um instrumento de negociações de bastidores.

Pensar que a perspectiva proposta de cooperação seja utópica é um direito do leitor. Ressalta-se, no entanto, que já existem experiências brasileiras exitosas nesse campo. Na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o bem-sucedido empresário Jorge Gerdau busca envolver-se com questões públicas para colaborar. O apoio técnico ao planejamento urbano da capital é a proa dessa cooperação. Como empresário competente, ele reconhece o valor das externalidades positivas e negativas para a vida urbana. Antonio Ermírio de Moraes, também empresário, vem empreendendo uma verdadeira cruzada pública pela maior e melhor qualificação da população brasileira. Como homem ligado aos acontecimentos mundiais, ele sabe que é cada vez mais a construção de competências técnicas o elemento gerador de vantagens competitivas para as empresas e os países.

A estratégica participação estatal é necessária. Qualificar o capital humano para a construção de competências tecnológicas nacionais é apenas um dos seus aspectos cruciais. Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan são exemplos recentes de arranque econômico a partir da segunda metade do século XX. O desenvolvimento institucional endógeno, manifestado na co-evolução de organizações e técnicas, foi fundamental para que novas práticas, rotinas e competências pudessem emergir naqueles países.

O Brasil tem um longo caminho a percorrer. Trata-se de um desafio que precisa ser enfrentado por todos os atores envolvidos com a elevação da competitividade internacional dos sistemas produtivos brasileiros. A perspectiva evolucionária aqui apresentada pode sugerir linhas de ações sistêmicas a serem perseguidas, o que poderá auxiliar a aproveitar experiências bem-sucedidas e evitar erros do passado.

6. Referências bibliográficas

ANDRADE, A. *et al.* **Pensamento sistêmico: o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

BAIROCH, P. **Economics and world history.** Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BRUE, S. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CHANDLER, A. **The visible hand.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1977.

CHESNAIS, F. **La mondialisation du capital.** Paris: Syon, 1994.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Coordenadores) **Estudo de competitividade da indústria brasileira.** 2.ed. Campinas, SP: Papyrus; UNICAMP, 1994.

DOMINGUES, I. (Organizador) **Conhecimento e transdisciplinaridade.** Belo Horizonte: UFMG; IEAT, 2001.

FIORI, J. L. (Organizador) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Organizadores) **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **The economics of industrial innovation.** 3.ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000.

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GALBRAITH, J. K. **A economia das fraudes inocentes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HEILBRONER, R. **The making of economic society.** 3.ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1962.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Diretrizes das políticas tecnológicas e de inovação – uma análise comparada.** São Paulo: IEDI, 2005.

KEYNES, J. M. **The end of laissez-faire.** 3.ed. Iowa: W.C. Brown, 1927.

KON, A. **Economia industrial.** São Paulo: Nobel, 1999.

LANGLOIS, R. Technological standards, innovation, and essential facilities. In: **George Mason University Conference on Dynamic Competition and Antitrust.** Washington, DC: Working Papers, 1998.

- LOVE, J. **A construção do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MEDEIROS, R. L. Inovações tecnológicas e o processo de desenvolvimento econômico. In: **Encontro da ANPAD**. Salvador: Anais, 2006.
- NELSON, R. **Technology, institutions, and economic growth**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2005.
- NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- ROBERTS, J. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RODRIK, D. **The new global economy and developing countries**. Washington, DC: Overseas Development Council, 1999.
- SANTOS, W. G. **Paradoxos do liberalismo**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- STAL, E. *et al.* **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Clio, 2006.
- STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **Trade and development report**. New York, Geneve: United Nations, 1997.
- VASCONCELOS, I.; MASCARENHAS, A. **Organizações em aprendizagem**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? In: **Quarterly Journal of Economics** 12. 1898.
- VISCUSI, W.; VERNON, J.; HARRINGTON, J. **Economics of regulation and antitrust**. 3.ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000.
- WOMACK, J.; JONES, D.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.